

Síntese do Relatório final

Nosso movimento de construção da 10ª Conferência Municipal de Saúde iniciou com a composição de um grupo de trabalho em novembro de 2018, composto por Conselheiros Locais, Municipais, profissionais e gestores/prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde - SUS e da Secretaria Municipal de Saúde, para efetivar este importante evento em Defesa do SUS. O evento é a etapa municipal da 16ª Conferência Nacional de Saúde – CNS, que ocorrerá 33 anos depois da realização da histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, quando a participação social também foi um tema em debate.

O tema central: “Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS” e os três eixos temáticos: I – Saúde como direito; II – Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); e III – Financiamento adequado e suficiente para o SUS foram debatidos nos eventos de mobilização para a 10ª Conferência. Realizamos quatro Pré-Conferências Regionais (Norte, Sul, Centro e Continente) e cinco Conferências Livres (Saúde da Mulher, Saúde LGBT, Saúde da População Negra, Saúde Mental e Saúde Bucal).

Das Pré-Conferências Regionais e das Conferências Livres emergiram as propostas que foram debatidas nos 9 Grupos de Trabalhos na Conferência, no dia 5 de abril. Após este mosaico de construção coletiva e democrática que contou com, 1414 participantes, o trabalho da Comissão de Relatoria culminou na apresentação de 58 propostas municipais e de 42 propostas contemplando as esferas Estadual e Nacional. No dia 6 de abril, na Plenária Final da 10ª Conferência Municipal de Saúde, estas propostas foram submetidas a votação dos delegados dos segmentos de usuários, profissionais e gestores/prestadores de serviço do SUS. Foram eleitas 54 propostas municipais e 6 propostas contemplando as esferas Estadual e Nacional. Também foram eleitos os 12 delegados que representarão o município de Florianópolis na 8ª Conferência Estadual de Saúde, no mês de Julho/2019. Atendendo os requisitos de paridade a delegação é formada por: 6 delegados usuários do SUS; 3 delegados representando os profissionais de saúde; e 3 delegados gestores/prestadores de serviço do SUS.

O Conselho Municipal de Saúde e a Comissão Organizadora agradecem a todas e a todos que se envolveram e colaboraram com a realização deste importante evento do calendário do controle social. O SUS somos todos nós!

Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal de Saúde

Propostas Aprovadas na Plenária Final | Âmbito Estadual e Nacional

Na Plenária Final foram apresentadas 42 propostas contemplando as esferas Estadual e Nacional. Estas propostas foram submetidas a votação dos delegados, dos segmentos de usuários, profissionais de saúde e gestores/prestadores de serviço da 10ª Conferência Municipal de Saúde por meio de cédulas, onde foram escolhidas 6 propostas.

Proposta 1: Revogar a portaria 3.588 de 2017, que altera a Política da Saúde Mental, e promoção de amplo debate público sobre a política em saúde mental, fazendo cumprir a lei 10.216/2001. E defender a Luta Anti-manicomial: contra a retomada dos manicômios, o tratamento desumanizado, a tortura e violência na comunidade terapêutica. (Número original da proposta: 19)



Proposta 2: Garantir e fortalecer os espaços e os mecanismos de participação popular para o controle social nas três esferas do SUS, com paridade de composição e pluralidade política, financiamento adequado e o cumprimento das deliberações das conferências e conselhos de saúde, não admitindo a extinção de conselhos já existentes a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Promover estratégias de educação permanente para conselheiros, como forma de auxiliar na tomada de decisões, assim como de divulgação de sua atuação, para maior conscientização da sociedade acerca da importância do controle social na saúde. (Número original da proposta: 16)

Proposta 3: Revogar medidas que causam o desmonte do SUS, violam seus princípios e comprometem a saúde da população, a exemplo: da transferência da gestão de serviços públicos a Organizações sociais; da Reforma da Previdência e da Política Nacional de Saúde Mental; das restrições financeiras à manutenção e expansão do SUS (EC 95); do investimento do governo em planos privados; dos incentivos financeiros corporativos ou que não beneficiem a todas as categorias profissionais; do cerceamento de mecanismos de participação social no âmbito das políticas públicas. (Número original da proposta: 9)

Proposta 4: Fortalecer e ampliar as equipes multiprofissionais de saúde mental na atenção básica e garantir a qualificação da Rede de Atenção Psicossocial no estado de Santa Catarina, assegurando leitos em saúde mental em hospitais gerais, no Hospital Infantil e no Hospital Universitário, garantindo o atendimento do SAMU, priorizando o atendimento à criança e ao adolescente. (Número original da proposta: 18)

Proposta 5: Revogar as portarias que liberam o uso dos agrotóxicos na produção agrícola, que são proibidos em outros países e causam consequências nocivas para a saúde da população e o ambiente. (Número original da proposta: 24)

Proposta 6: Revogar a Emenda Constitucional 95 que congela os recursos do SUS por 20 anos. E apoiar à PEC 373, do Deputado Pedro Uczai, que anula os efeitos da EC 95 de congelamento dos investimentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública. (Número original da proposta: 8).

Delegados Eleitos para a 8ª Conferência Estadual de Saúde

USUÁRIOS DO SUS	PROFISSIONAIS DE SAÚDE	GESTORES/ PRESTADORES SERVIÇO
Titulares		
Janaina Conceição Deitos Josimari Telino de Lacerda Eliana Perpetua de Souza Marcos César Pinar Vitor Fernando Pereira Martins Daniel Fisher Lomanaco	Thiago Santa Rosa Silva Camila Antunes Savi Ana Cláudia Maba	Marcia Sueli Del Castanhel Aparecida de Cássia Rabetti Gerusa Machado
Suplentes		
Leonardo Moura da Silva Carmen Mary de Souza Souto Zeli Sabino Delfino	Wallace Cordeiro Maria Eloni Bonotto	Ingrid Pires Silva Carla Moino Guerra



Propostas Aprovadas na Plenária Final | Âmbito Municipal

Na Plenária Final foram apresentadas 58 propostas municipais. Aconteceram destaques para ajustes de redação, alterações e exclusões que foram submetidas à votação dos delegados, dos segmentos de usuários, profissionais de saúde e gestores/prestadores de serviço da 10ª Conferência Municipal de Saúde, onde foram por fim aprovadas 54 propostas.

Nº	Propostas Municipais
1	Implementar o EIXO-1 SAÚDE, do 2º Plano Municipal de Políticas Públicas de LGBT, com garantia de fomento específico no orçamento municipal para implementação do referido plano. O Eixo 1 trata de ações de sensibilização e de formação continuada das(os) profissionais da saúde nas temáticas de: gênero, orientação sexual, identidade de gênero e violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas
2	Garantir inclusão na Relação Municipal de Medicamento Essenciais - REMUME, a partir de a avaliação das evidências científicas, das seguintes medicações para o cuidado à saúde das travestis, mulheres e homens trans e pessoas não binárias: Undecilato de Testosterona, Cipionato de testosterona, Durateston® (propionato de testosterona 30mg; fempropionato de testosterona 60mg; isocaproato de testosterona 60mg; decanoato de testosterona 100mg), Valerato de Estradiol, Acetato de Ciproterona, dihidrotestosterona (gel), 17-beta estradiol (gel e comprimido), espironolactona e algestona acetofenida e enantato de estradiol. Encaminhar solicitação de avaliação para CONITEC/MS para inclusão na RENAME.
3	Assegurar, na secretaria municipal de saúde, a presença de uma referência técnica feminina especializada em saúde da mulher para atenção à saúde das mulheres, em suas especificidades.
4	Garantir atendimento para pessoas em vulnerabilidade e fragilidade (ex. pessoas em situação de rua), mediante a estruturação e ampliação de Equipes de Consultório na Rua e capacitação de toda a rede de saúde para o acolhimento e atendimento dessa população e suas diversidades.
5	Garantir acesso a consultas, diagnóstico e encaminhamentos a especialistas dos agravos à saúde das mulheres em todas as idades em no máximo 30 dias assegurando a qualidade da oferta de serviços e equipamentos para o diagnóstico de câncer, com especial atenção aos critérios exigidos para contratação dos prestadores de serviços, tendo em vista a qualidade das mesmas.
6	Garantir a transparência da gestão através da publicização das ações desenvolvidas pelos gestores e equipes de saúde a toda população, em especial sobre o funcionamento dos serviços de saúde (formas de contratação, itens contratuais, serviços prestados, orçamento destinado e índices de absenteísmo), particularmente dos prestadores de serviço, com linguagem acessível a todos em portal eletrônico institucional e material impresso ou audiovisual veiculados nas unidades, centros comunitários e mídia local, como forma de divulgar as ações do SUS e seus avanços, possibilitando o controle social.



7 Assegurar equipes da saúde da família completas (ESF/ESB), bem como a do NASF, em número adequado para 100% de cobertura populacional, na relação de 1 equipe para 2500 pessoas ou 2000 pessoas (em área de interesse social), apoiada pela Rede de Atenção Psicossocial, atuando na lógica da Vigilância em Saúde, com os agentes comunitários de saúde trabalhando preferencialmente no território e garantindo a cobertura de todas as microáreas.

8 Formular políticas públicas voltadas para a comunidade quilombola Vidal Martins, que passa por sérios problemas de saneamento adequado e acesso à rede municipal de saúde, com a instituição de uma equipe de estratégia de saúde da família específica para essa comunidade.

9 Implementar as ações afirmativas nos concursos e processos seletivos da rede municipal de saúde, em todos os níveis, assim como para a seleção nos cursos da Escola de Saúde Pública do município.

10 Revisar os indicadores do sistema de acreditação em saúde em Florianópolis, considerando a população universal, e incluindo os profissionais do NASF neste sistema.

11 Implantar em Florianópolis equipes do Programa Melhor em Casa, garantindo a atenção, visita e acompanhamento domiciliar.

12 Garantir investimento de 25% do orçamento anual do município para o setor saúde, partindo de 19%, com aumento gradual de 2% ao ano, respeitando a deliberação da Conferência e do Conselho Municipal de Saúde de 2015. A gestão deve repassar mensalmente um percentual mínimo de 15% para a secretaria. Os recursos do SUS devem ser aplicados exclusivamente na saúde ou seja, vinculação de receita.

13 Revogar a Lei 10.372/2018 que admite a contratação de Organizações Sociais na gestão de serviços de saúde em Florianópolis, aprovada pela Câmara de Vereadores em 21/04/2018 em dia de feriado nacional, fora do horário habitual, contrariando a proposta 25 aprovada na 9ª Conferência Municipal de Saúde e sem discussão previa pelo Conselho Municipal de Saúde e população. Restituir imediatamente todos os serviços públicos municipais que foram terceirizados por consequência desta lei, respeitando os princípios constitucionais do SUS

14 Adequar o quadro completo de profissionais da rede municipal de atenção à saúde, considerando a carga de trabalho dos servidores, previsão do crescimento populacional, garantia de acesso universal da população aos serviços, a necessidade de ampliação dos serviços e as necessidades de reposição do quadro de pessoal por afastamento de longa duração ou aposentadoria dos profissionais. As contratações para reposição e ampliação do quadro de pessoal devem se dar através de concursos públicos, garantindo a valorização de profissionais egressos de Residências em Saúde no processo de seleção, sendo este critério melhor pontuado na prova de títulos. Em situações emergenciais, a serem avaliadas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde, a contratação temporária deve se dar de maneira direta e pela CLT.

15 Adequar a estatística para tomada de decisão, planejamento e dimensionamento da infraestrutura e do número de equipes por Centro de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, de modo a assegurar o perfil social e epidemiológico da população e de utilização dos serviços/equipamentos. Garantir a presença do agente comunitário de saúde no território, assim como o geoprocessamento e outras estratégias qualificadas para captar e monitorar o aumento real do crescimento demográfico da população da área de abrangência das unidades.

16 Restituir imediatamente a gestão do almoxarifado central da saúde para a gestão pública com o intuito de manter a qualidade e combater a precarização do serviço ofertado, haja visto o episódio de interdição do almoxarifado terceirizado em 31/01/2019, que trouxe prejuízo direto à saúde da população.

17 Fortalecer, manter, ampliar e incentivar a política de redução de danos no município de Florianópolis garantindo a presença dos redutores de danos nas diversas equipes dos diferentes níveis e dispositivos e da RAPS

18 Implantar Centros de convivência e cultura no Município de Florianópolis, com incentivo e financiamento de projetos de geração de trabalho e renda e incentivo a economia solidária-comunitária, para a população em geral, descentralizado pelos territórios do município.

19 Garantir a gestão pública da saúde bucal, incluindo no organograma municipal o cargo de coordenação de saúde bucal, para assegurar as especificidades da área, e assim construir uma política de rede de atenção com gestores, profissionais e usuários, que articule com outros setores da secretaria e da sociedade.

20 Assegurar a adoção do modelo de atenção em saúde bucal que garanta o acesso universal e a integralidade, contemplando ações de promoção, prevenção e assistência à saúde, articulado com os demais profissionais da saúde, e com ampla divulgação dos serviços para a população através dos meios de comunicação e mídia social.

21 Garantir e qualificar a Rede de Atenção Psicossocial em Florianópolis, com gestão 100% estatal incluindo CAPS III e CAPS III AD, a garantia do atendimento do SAMU, e articulação vagas de leitos em saúde mental em hospitais gerais, no Hospital Infantil, no HU. A Atenção Psicossocial no município deve ser intensificada, adotando as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, previstas na Lei federal Paulo Delgado, com implantação imediata do CAPS III e garantia do retorno do funcionamento do CAPS da Ponta do Coral no casarão da Agrônômica.

22 Fortalecer e ampliar os dispositivos e as equipes multiprofissionais nos diversos níveis de atenção da RAPS e garantir a qualificação de seus profissionais em saúde mental, saúde mental e trabalho, saúde mental na infância e adolescência, no cuidado de usuários de álcool e outras drogas, enfatizando o cuidado em liberdade e redução de danos por contratação direta do município.

23 Fazer cumprir a lei 10.216/2001, a nível municipal e implementar todos os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial conforme Portaria MS/GM n. 3088/2011, garantindo o financiamento adequado para as ações de atenção básica, especializada, hospitalar, serviços residenciais terapêuticos, estratégias de desinstitucionalização, ações de reabilitação psicossocial, centros de convivência e consultórios na rua

24 Incentivar e protagonizar ações intersetoriais que implementem políticas públicas de promoção, vigilância e prevenção, comprometidas na gestão territorial e intervenção nos fatores condicionantes de saúde: controle e qualidade da água marinha, nascentes e de consumo, destino e guarda de resíduos sólidos e esgoto, ações de educação e saúde, melhoria e intervenção nas áreas de risco ambiental e desastres naturais, sustentabilidade para o comércio e cultivo de moluscos e crustáceos.



25 Implantar com urgência a instalação de sistemas de saneamento básico público em toda extensão territorial da ilha utilizando soluções alternativas, em função da relevância e importância ambiental de suas bacias hidrográficas e da saúde da população, incorporando as propostas da Conferência Municipal do Saneamento Básico de 2018

26 Instituir e efetivar um órgão gestor responsável pela Saúde da População Negra no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Florianópolis, composto pelo Comitê Técnico de Saúde da População Negra (já instituído pelo decreto nº 8958/2011) e por uma área técnica/responsável técnico dentro da estrutura da SMS. Este órgão será responsável pela implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria federal nº 992/2009) a nível municipal e deverá contar com financiamento próprio específico para seu funcionamento e desenvolvimento de suas atividades.

27 Ampliar os serviços e a capacidade da Atenção Especializada em Saúde Bucal (CEOS), visando diminuir filas de espera, com regulação de todos os casos e tempo máximo de espera de seis meses.

28 Garantir e estender os serviços e a capacidade de atenção às urgências odontológicas nas UPAs por serviço público próprio e de qualidade atuando 24 horas, 7 dias por semana.

29 Priorizar e viabilizar em caráter de urgência a construção de uma unidade de saúde em condições de atender os usuários dos bairros Jurerê Tradicional, Jurerê Internacional, Daniela, Praia do Forte, Canto do Lamim e Canajurê, no prazo máximo de 2 anos.

30 Divulgar mensalmente as ações do Conselho Municipal de Saúde, incluindo suas resoluções, recomendações e temas de interesse da população. Bem como, em conjunto com a gestão municipal de saúde, executar estratégias que promovam o empoderamento do usuário sobre o SUS (financiamento, força de trabalho, importância e controle social).

31 Garantir infra estrutura (espaço físico, materiais e insumos) adequada ao bom atendimento do cidadão nos serviços públicos de saúde, com manutenção periódica, fiscalização das obras, e transparência dos contratos de construção e manutenção.

32 Assegurar os princípios constitucionais do SUS, universalidade do acesso, integralidade e equidade, garantindo o acesso e atendimento às populações vulneráveis (população em situação de rua, negros, pessoas com deficiência, LGBTI+, populações tradicionais, população indígena, pessoas vivendo com HIV/AIDS, populações privadas de liberdade, usuários dos serviços de saúde mental e de álcool e drogas, trabalhadores e trabalhadoras do sexo, profissionais do sexo e prostitutas) em 100% das Unidades de Saúde e demais serviços de saúde.

33 Institucionalização do ambulatório de assistência à população trans, tornando-o política de saúde do município, com fomento próprio, baseado nas políticas do plano nacional de saúde LGBTI+.

34 Respeitar as propostas aprovadas pela Conferência Municipal de Saúde na condução das políticas municipais sob a pena de não aprovação do relatório anual de gestão.

35 Garantir o acesso à atenção especializada, visando novos serviços e ampliando o acesso aos já existentes, baseado nas demandas sociais e epidemiológicas.

36 Ampliar número de Técnico Enfermagem na equipe mínima na ESF conforma resolução COFEN 534/2017 concernente ao dimensionamento do pessoal de enfermagem na Atenção Primária



37 Resgatar políticas públicas de prevenção e promoção de saúde por meio de educação permanente para profissionais da saúde e usuários, estimulando que o usuário seja o próprio gerente de sua saúde.

38 Reafirmar e implementar as propostas ainda não implementadas da 9ª Conferência Municipal de Saúde, garantindo o acesso a toda a população, com especial atenção à população negra, indígena, população em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, povos tradicionais (Decreto federal 6040/2007), imigrantes, LGBTi+.

39 Manter permanentemente, via concurso público, no mínimo duas equipes volantes por distrito sanitário para substituir profissionais de saúde da Atenção Primária em férias e/ou que necessitem afastamento temporário.

40 Reorganizar o processo de trabalho dos ACS, garantindo sua atuação diretamente no território, tendo em vista o objetivo original e essencial de sua atuação junto a ESF, ampliando o número de profissionais na rede.

41 Desvincular o sexo/gênero como fator condicional para solicitação e envio de exames dentro do sistema de prontuário eletrônico do município com vistas a propulsionar as mudanças nos sistemas nacionais e estaduais.

42 Capacitar usuários e trabalhadores da saúde de todos os níveis de atenção através de programas de educação continuada sobre Saúde da População Negra, que aborde o combate ao racismo institucional, a importância do preenchimento adequado do quesito raça/cor nos sistemas de informação em saúde e as doenças e agravos mais prevalentes na população negra.

43 Garantir que a UPA Continente preste os mesmos serviços (inclusive odontológicos) das UPAs Norte e Sul e a retomada da administração direta.

44 Ampliar a rede de atenção à saúde das mulheres, contemplando inclusive as mulheres do Sistema Prisional, assegurando: acesso das gestantes às Doulas, desde a assistência Pré-Natal na APS até a maternidade; a criação da Casa de parto para atendimento das gestações de baixo risco e do banco de leite humano municipal; a implementação de estratégias de enfrentamento à violência obstétrica; e a criação do Fórum Perinatal do município.

45 Construir o novo CS Morro das Pedras e Alto Ribeirão, considerando a ampliação da estrutura física e do número de equipes de saúde.

46 Garantir que as farmácias, laboratórios ou clínicas do Município forneçam/vendam e realizam os exames e os medicamentos prescritos por profissionais enfermeiros da Secretaria Municipal de Saúde, mediante protocolos municipais estabelecidos através de elaboração e execução de Resolução da Diretoria de Vigilância em Saúde que valide as prescrições referidas.

47 Produzir ações e mobilizações em defesa do SUS, combatendo as políticas que violam e comprometem a saúde da população com destaque para: entrega da gestão de serviços a Organizações Sociais (exemplo: Programa Saúde e Educação Já), ou similares (exemplo: Somar Floripa), Reforma da Previdência, Restrições financeiras à manutenção e expansão do SUS (EC 95), investimento do governo em planos privados, incentivos financeiros corporativos, cerceamento de mecanismos de participação social no âmbito das políticas públicas.



CONFERÊNCIA DE SAÚDE FLORIANÓPOLIS

4 a 6 de abril de 2019 | Centro de Eventos da UFSC

48 Garantir a implementação de ações de promoção e vigilância em saúde conforme a política nacional de saúde integral da população LGBTI+, incluindo a criação de Sala de Situação LGBTI+, nos três níveis de gestão como instrumento de análise situacional para a criação de propostas de intervenção e políticas públicas para a população LGBTI+

49 Realizar Auditoria na Dívida Pública nas três esferas de governo municipal de maneira permanente, assegurando a transparência das contas públicas

50 Fortalecer o controle social na saúde, na esfera municipal, assegurando sua atuação na definição e fiscalização do cumprimento das políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo gestor, incluindo estratégias de capacitação permanente para os conselheiros, como forma de auxiliar na tomada de decisões, assim como de divulgação de sua atuação, para maior conscientização da sociedade acerca da importância do controle social na saúde.

51 Ampliar a rede de atenção à saúde em todos os níveis de atenção no norte da ilha

52 Reivindicar os espaços públicos do Sapiens Park para oferta de serviços em todos os níveis de atenção a saúde

53 Garantir o acesso pleno das populações em situações de rua, privada de liberdade e migrantes aos serviços de saúde, considerando o recorte étnico-racial como transversal em todo sistema municipal de saúde de Florianópolis, bem como o fortalecimento de Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

54 Garantir recursos materiais e humanos para efetivação do plano de contingência para epidemia de Dengue em cada um dos diferentes níveis de gestão do SUS, conforme previsto pela Sala de Situação da Dengue, garantindo a presença de um representante de Agente de Endemias nesta sala.

Eventos da 10ª Conferência Municipal de Saúde

Atividade	Data	Participação
Pré-Conferência Sul	20/02	105
Pré-Conferência Continente	12/03	65
Pré-Conferência Centro	13/03	117
Pré-Conferência Norte	14/03	82
Conferência Livre de Saúde Mental	19/03	132
Conferência Livre de Saúde Bucal	21/03	172
Conferência Livre de Saúde da População Negra	23/03	26
Conferência Livre de Saúde LGBT	25/03	42
Conferência Livre de Saúde da Mulher	27/03	48
10ª Conferência Municipal de Saúde	4, 5 e 6 de Abril	625
Total	10 eventos	1414 participantes

Secretaria Executiva do CMS | Abril de 2019

www.cms.pmf.sc.gov.br | facebook.com/cmsaude | cmsaude.floripa@gmail.com

48 3239-1549 | 48 3239-1580 | 48 3248-6602

